

Paulo Mercadante e a conciliação:

um caso de revolução passiva?

Rodrigo Jurecê Mattos Gonçalves

Como citar: GONÇALVES, R. J. M. Paulo Mercadante e a conciliação: um caso de revolução passiva? *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 105-108.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p105-108>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Paulo Mercadante e a conciliação: um caso de revolução passiva?

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves¹

A *História dos intelectuais nos anos 50*¹, da autoria de Leandro Konder, traz uma tipologia sobre as principais vertentes ideológicas da intelectualidade nos anos 1950 – o “nacional-desenvolvimentismo”, o “marxismo” e o “conservadorismo”. Este autor enfatiza que os intelectuais refletem de ângulos diversos a partir de suas opções filosóficas, posições teórico-políticas, pela escala de valores, pela inserção social de quem formula as idéias. As pessoas que reagem diante de movimentos sociais e conflitos políticos, posicionam-se, implícita ou explicitamente, sobre o que deve ser alterado ou conservado, destruído ou preservado. De modo mais específico, interessamos aqui a intelectualidade conservadora, que, entretanto, nem sempre assume abertamente seus princípios ideológicos.

Konder enfatiza que não há um único modo, um único caminho para uma perspectiva ser conservadora, pois não são homogêneas as características das escolhas pessoais de cada sujeito que se identifica com o conservadorismo. Ainda assim, o autor enumera algumas particularidades das correntes conservadoras influentes nos anos 50: a hostilidade à esquerda, a concepção que acreditava que o movimento da história não passava de algo que já existira antes - em “germe” - , a visão que repele a importância da ruptura ou da falta de rupturas, e, principalmente, “[...] uma desenvolva apologia das forças que têm comandado nossa história”, em que “[...] as lideranças das classes dominantes têm seus feitos evocados em um tom quase de epopéia.”²

Dentre os intelectuais citados por Konder, destacamos o intelectual Djacir Menezes (1907-1996), que apresentava uma visão que repelia a importância da ruptura ou da falta de rupturas e, ainda, mostrava-se adepto da continuidade e demonstrava compromisso com a Ordem. Em uma obra que lançou em 1956, perguntou, retoricamente, porque incluíra textos polêmicos em sua antologia:

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, 2007.

² KONDER, Leandro. *História dos Intelectuais nos Anos 50*. IN: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. Paulo Eduardo Arantes - de maneira semelhante a Konder – em seu artigo “*Instituto de Nacionalidade: Cruz Costa e herdeiros nos idos de 60*” (IN: *Um departamento francês de ultramar*. R. J.: Paz e Terra, 1994) definiu a seguinte tipologia das posições filosóficas nos anos 50 e 60: a “esquerda transcendental” - que tinha como característica principal técnicas filosóficas mais rigorosas correspondentes a posições políticas mais avançadas -, o “nacionalismo existencialista” - constituído em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), visava elaborar a partir da filosofia existencialista um projeto nacional-desenvolvimentista -, e, por fim, a “direita” do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) – que pressupunha a análise positiva do passado histórico brasileiro à revelia das visões anteriores - críticas em relação à formação histórica e intelectual nacional – e o reconhecimento de que existe no Brasil uma constelação autônoma e original no pensamento filosófico.

² *Id. ibid.*, p. 360.

Então a obra [...] visa fomentar a indisciplina e o desrespeito aos nossos maiores? A solapar créditos firmados? A semear o desprezo cívico pelo passado? Deus me livre: este livro visa exatamente ao contrário; pretende dirigir-se à inteligência do leitor para que ame a Pátria na Verdade e na Justiça [...]”³

Menezes foi colaborador de Miguel Reale (1910-2006) no Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), este que, por sua vez, já era conhecido por ser, ao lado de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, “um dos teóricos mais importantes do fascismo brasileiro”⁴. Nos anos 1960, confluentemente ao trabalho no IBF, Reale era ligado à Federação de Comércio do Estado de São Paulo (FCESP) – uma associação de classe que dava assistência política, econômica e técnica aos seus associados -, o que revela que ele era um dos “intelectuais orgânicos do bloco multinacional e associado”, que, a partir de 1962, foram “membros dos órgãos políticos estabelecidos para promover tanto os interesses modernizante-conservadores quanto a derrubada do governo nacional-reformista de João Goulart”⁵. Reale contribuiu de maneira importante tanto para as articulações que antecederam o golpe de 1964, quanto para aquelas que viabilizaram a institucionalização do regime militar.

Nesta época, Paulo Mercadante – autor que analisaremos a seguir - já havia se desligado do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mantinha estreitas relações com muitos golpistas, e estava colaborando com a escola culturalista de Menezes e Reale⁶. Em 1965, Mercadante publica *A consciência conservadora no Brasil*,⁷ obra que recebeu renome entre os conservadores; segundo João Montenegro, causou forte impressão pelo seu “arrojo renovador de abordagem da mentalidade insistentemente subjacente na evolução sócio-cultural brasileira”⁸. Adiante o leitor encontrará uma exposição da concepção deste intelectual de tal forma que possibilite pensar o seguinte problema: qual a contribuição do conceito gramsciano de *revolução passiva* para a reflexão em torno da conciliação?

Mercadante, em sua citada obra, define que o principal fator de formação do Brasil seriam as políticas baseadas no compromisso, na moderação e na conciliação. Para este autor, a Independência (1822) seria o coroamento da conciliação, momento que estaria entre a colônia – quando teria nascido e se enraizado a “cultura da conciliação” -, e o Império (1822-89) quando os líderes brasileiros (senhores rurais) passariam a agir em torno de práticas conciliatórias, inspirando-se nelas e as visando atingir. Os grandes latifundiários, na acepção mercadantiana, seriam portadores da “originalidade” brasileira:

⁴ ABREU, Alzira Alves de, et alii. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2001. 5 Volumes. p. 4908

⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p.104

⁶ Sobre estas questões biográficas, sua relação com golpistas e sua saída do PCB, consulte MERCADANTE, Paulo. “*Das casernas à redação: a era de turbulências*”. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2004, e a entrevista concedida pelo autor em SOARES, Jorge Coelho. *Marcuse no Brasil: entrevistas com filósofos*. Londrina: CEFIL, 1999.

⁷ MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003

⁸ MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. Resenha da obra de Mercadante “*Militares & Cívicos: A Ética e o compromisso*”. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, volume XXVIII, fascículo 110, p. 234, abril-junho de 1978.

O *senhor de escravos* brasileiro era ao mesmo tempo um dominus, no sentido romano, e um comerciante no sentido holandês do século XVIII. [...] Entrosam-se, em nossa economia, pois, capitalismo e feudalismo. Tal sentido misto empresta à nossa estrutura uma natureza especial; as relações semifeudais no domínio, oriundas das relações internas de produção, não podem divorciar-se da existência de um mercado externo em processo de expansão e de sua permanente atuação sobre o mesmo domínio.⁹

Assim, por incorporarem escravismo e capitalismo, os senhores rurais seriam a encarnação da conciliação. Para Mercadante, seriam estes homens que dariam forma à Independência, que, para ele, não fora nada mais do que a concretização da cultura conciliadora: "A independência política de 1822 encerra em seu contexto, o espírito de conciliação que provinha de todo o processo histórico nacional"¹⁰. Fora, nesta acepção, um o "tranquilo rompimento", possível graças à moderação e à exclusão do povo do processo de independência: "o povo fora advertido, mesmo antes do glorioso sucesso [...] de que a sua atuação nos acontecimentos importantes sempre poderia proporcionar um doloroso saldo de tragédia"¹¹. Suas conseqüências diretas, a conservação do modo de produção escravista, assim como conservação integral da unidade territorial, representariam o coroamento da conciliação. De tal sorte, que toda história do Império seria um reflexo do que fora construído com a Independência. O 1822 teria deixado de herança uma tendência, um verdadeiro espírito que influenciaria toda história brasileira, denominado por Mercadante como "espírito nacional".

Haviam naquele momento outras correntes que, contrariamente à conciliação, desejavam a abolição da escravatura. Mercadante argumenta que o liberalismo radical de Frei Caneca estaria completamente distante da realidade brasileira, pois pregava a abolição da escravatura. A escravidão, o dilema social mais importante daquele período, é abordado pelo autor da seguinte maneira: os interesses dos senhores proprietários de terras – que dependiam da continuidade da escravidão – eram os interesses de toda sociedade. Porém, antes de qualquer mudança, deveriam ser respeitados os direitos de propriedade. Além de tudo, acabar subitamente com a instituição escravocrata poderia gerar graves crises ao Império. É o que podemos ver no trecho a seguir:

Ninguém desejava a prolongação indefinida da instituição [escravocrata]. [...] o problema não podia ser resolvido precipitadamente, sem que adviessem funestas conseqüências para a sociedade.[...]

No domínio das idéias abstratas, facilimo seria resolver o problema, anunciava um dos espíritos lúcidos das hostes conservadoras, concluindo: "com um simples rasgo de pena, ficariam satisfeitas as exageradas aspirações dos filantropos do século".

Todavia cumpria ser realista, respeitar, primeiramente, os direitos adquiridos e o direito de propriedade.¹²

Desta maneira, Mercadante nega liberalismo radical de Frei Caneca, para o autor era uma vertente ideológica completamente avessa à realidade brasileira e mundial, entendidas no contexto da restauração. Para ele "o ecletismo espiritualista representaria a conciliação e por

⁹ MERCADANTE, Paulo. *Op. cit.* p. 91.

¹⁰ *Id. ibid.* p. 95

¹¹ *Id. ibid.* p.108.

¹² MERCADANTE, Paulo. *Op. cit.* p. 204-205.

isso aos ecléticos caberia desempenhar o papel mais importante naquela quadra da história [...]. A universidade do ecletismo decorreria da moderação, da prudência, do equilíbrio da burguesia, após sua revolução vitoriosa¹³. Assim, para este autor, o ecletismo era a expressão filosófica da moderação, da conciliação e, desta maneira, a “verdadeira” expressão filosófica brasileira por não se chocar com o escravismo. Podemos perceber também que a conciliação, enquanto concreção do ecletismo, representava os interesses escravagistas em particular, e os interesses burgueses em geral.

Neste momento já podemos pensar de que maneira o conceito gramsciano de *revolução passiva* contribui para a problematização da obra de Mercadante.

Antonio Gramsci, em suas reflexões desenvolvidas nos *Quaderni*, define que as revoluções passivas são restaurações que acolhem uma determinada parte das exigências que vêm de baixo, são uma “acomodação entre conservação e inovação”¹⁴, que, na verdade, mostram a preocupação das elites em “ceder alguma coisa para não perder tudo”¹⁵. Além disso, segundo Luiz Werneck Vianna, nas revoluções passivas, seu protagonista (a burguesia) “não se opõe a transformações em geral. Ao contrário, realiza-as ‘molecularmente’ e sob intenso controle político e social, a fim de que seus efeitos não escapem das elites que jurisdicionam a revolução passiva”¹⁷. Assim as revoluções passivas caracterizam-se por transformações mínimas, com concessões que não abalam a estrutura de poder burguesa, de forma que estas revoluções não ultrapassam os marcos do capitalismo.

Antonio Gramsci define que “[...] a conciliação foi encontrada na concepção de “revolução-restauração” [revolução passiva], ou seja, num conservadorismo reformista temperado”¹⁷. Segundo o intelectual sardo, na perspectiva do conservadorismo a força inovadora preservaria o passado de forma a não destruir o processo dialético; aqui a força inovadora é conciliação entre conservação e inovação. A conciliação busca no processo histórico fazer com que a tese seja conservada pela antítese, fazendo com que a tese conserve-se ao infinito. Gramsci acentua ainda que nas *revoluções passivas* apenas certas exigências que vêm de baixo são acolhidas¹⁶, por isso muitas das antigas mazelas sociais permanecem, e as classes dirigentes mantêm-se em posição hegemônica.

A “conciliação” de Paulo Mercadante, realizada com “moderação” e “compromisso”, que corrobora a solução gradual à escravidão, visa a exclusão das classes populares dos processos decisórios e, querendo aprisioná-las por toda eternidade em tal lógica, o autor construiu a idéia de que a “cultura da conciliação” é principal fator de formação do Brasil, é a principal característica cultural brasileira. Para Mercadante, mudanças maiores, estruturais, com ampla participação popular levariam o Brasil à catástrofe, pois, para ele, as massas populares são força negativa, violenta. Podemos concluir, desta maneira, que Paulo Mercadante é expressão paradigmática da *revolução passiva*, logo de um *conservadorismo reformista temperado*.

¹³ *Id. ibid.* p.141.

¹⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.393

¹⁵ GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.* p.450

¹⁶ VIANA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p.105

¹⁷ GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.* p.293

¹⁸ *Id. ibid.* p.393